

Mais verbas para a Saúde

O ministro da Saúde, José Serra, conseguiu convencer opositores e aliados na Câmara a aprovar, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que forçará a equipe econômica do governo a aceitar a vinculação de recursos orçamentários da União, Estados e municípios para a saúde. Além de criar um mecanismo que impede oscilações negativas no orçamento do setor, a proposta ainda amplia o volume de dinheiro que a União deverá garantir para a saúde pública, a partir do próximo ano.

Restará, ao ministro, caso a emenda seja aprovada em caráter final, estabelecer controles rígidos do uso desses recursos, ou acabará incentivando práticas irregulares de autoridades municipais e estaduais que têm utilizado verbas da saúde para despesas diversas, que incluem desde a confecção de placas comemorativas e arranjos florais, até festas populares.

A proposta de emenda que tramitava há sete anos no Congresso estabelece que o Ministério da Saúde receberá, a partir de 2000, verba "no mínimo" 5% maior do que o total empenhado neste ano. Essa determinação significa que o orçamento passará de R\$ 19,6 bilhões para R\$ 22,5 bilhões, no mínimo. A partir de 2001, as verbas destinadas à saúde terão como base de cálculo o orçamento do próximo ano acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Fórmula que garante aumento real, já que contabiliza a inflação.

Estados e municípios, por sua vez, deverão, a partir do próximo ano, investir pelo menos 7% de suas receitas em saúde. Hoje, esse índice não passa de 4,5%. Até 2004, as autoridades estaduais terão de atingir um percentual de 12% em in-

vestimentos nessa área. No mesmo período, os municípios, que hoje destinam 7% de suas receitas ao setor, deverão elevar a participação da saúde para 15%. Essa vinculação vai vigorar por cinco anos. A partir daí, cada esfera de governo terá sua contribuição definida por lei complementar.

Segundo o ministro José Serra, a emenda defende o orçamento da saúde dos riscos da inflação e impede que ele seja desviado para outras finalidades. Se, de fato, esses recursos tiverem seus destinos rigorosamente controlados, o setor poderá melhorar em muito a qualidade dos serviços prestados à população. Já que o ministro não conseguiu, junto com a base aliada, impedir a supressão

Recursos devem ser controlados ou servirão para caixa de campanha

do artigo da emenda que determinava que Estados e municípios inadimplentes com a União perdessem o direito aos recursos do SUS, terá de en-

contrar outros mecanismos para evitar o mau uso das verbas.

A emenda garantirá um acréscimo de 10% em todo o SUS. É muito dinheiro para deixar nas mãos de governantes que ignoram o imperativo de ações básicas na área da saúde para, no lugar, pagarem aluguel de veículos e contas de celulares de servidores públicos, como tem acontecido em municípios de Sergipe e Mato Grosso, conforme revelou uma recente reportagem do **Estado**.

Nessas cidades, os conselhos municipais encarregados de fiscalizar a aplicação desses recursos têm dificuldades para cumprir a tarefa, porque o poder de decisão é restrito ao prefeito e a participação popular é incipiente. O envio de mais dinheiro a essas prefeituras servirá unicamente para fortalecer o caixa de campanha das autoridades locais.